

“A VERDADE É O SEU DOM DE ILUDIR”*: PROFANANDO DEFINIÇÕES HETERONORMATIVAS

“THE TRUTH IS HIS DIFFERENT GIFT”: DESECRATING HETERONORMAL DEFINITIONS

Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth

Doutor em Direito Público (UNISINOS); Professor dos Cursos de Direito da UNIJUÍ e UNISINOS; Professor do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu (Mestrado em Direitos Humanos) da UNIJUÍ; Líder do Grupo de Pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos (CNPq) e Coordenador da Rede de Pesquisa em Direitos Humanos e Políticas Públicas (ReDiHPP); Editor-chefe da Revista Direitos Humanos e Democracia (Qualis B1)

Leticia Fontoura

Bacharela em Direito pela UNISINOS; Advogada.

Submetido em: 25/08/2018

Aprovado em: 10/12/2018

Resumo: O artigo busca, a partir do método hermenêutico-fenomenológico, investigar como se dá a (des)construção da identidade de gênero, apresentando – a partir de uma perspectiva transdisciplinar – conceitos relacionados à formação identitária humana, tais como: sexo, gênero e sexualidade, bem como definições, e distinções, acerca de homossexualidade, transexualidade e travestismo. Objetiva-se contextualizar e contribuir para o debate acerca do processo de marginalização e estigmatização social de transexuais e travestis, sob a perspectiva da heteronormatividade. O problema a ser discutido neste trabalho pode ser sintetizado na seguinte questão orientadora: como é possível desconstruir as noções de sexo, sexualidade e gênero cunhadas a partir de uma perspectiva heteronormativa, que constroem a figura do “anormal”, relegando-o a um espaço de marginalidade e silenciamento? Em que medida a transexualidade e o travestismo se afiguram como condição de possibilidade para a profanação do binarismo imposto a estes indivíduos pela perspectiva heteronormativa?

Palavras-chave: Gênero; heteronormativismo; mulheres transgênero; travestis.

Abstract: *The article seeks, from the hermeneutic-phenomenological method, to investigate how the deconstruction of gender identity occurs, presenting - from a transdisciplinary perspective - concepts related to human identity formation, such as: sex, gender and sexuality, as well as definitions, and*

* Trecho da música “Dom de iludir”, de Caetano Veloso.

distinctions, about homosexuality, transsexuality, and transvestism. The objective is to contextualize and contribute to the debate about the process of marginalization and social stigmatization of transsexuals and transvestites, from the perspective of heteronormativity. The problem to be discussed in this paper can be summarized in the following guiding question: how is it possible to deconstruct the notions of sex, sexuality and gender coined from a heteronormative perspective, that construct the figure of the “abnormal”, relegating it to a space of marginality and silencing? To what extent do transsexuality and transvestism appear as a condition of possibility for the profanation of binarism imposed on these individuals by the heteronormative perspective?

Keywords: Gender; heteronormativism; transgender women; transvestites.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. A heteronormatividade como pilar da produção da “normalidade”. 3. Sexo, gênero e sexualidade: (des)construções necessárias. 4. Profanando o masculino: homossexualidade, transexualidade e travestismo. Conclusão. Referências

1 INTRODUÇÃO

Analisando-se algumas definições de conceitos que são/serão utilizados para narrar a existência humana, percebe-se que o processo de formação que possibilitou adjetivar consciente e inconscientemente tudo que permeia o ambiente no qual se está inserido é ignorado e, conseqüentemente, transforma-se em um fator irrelevante, quando, em verdade, é a resposta de muitos questionamentos sociais. Faz-se justa tal afirmativa porque, muito antes de o sujeito ter consciência de seu corpo, conhece os tabus que o formaram, marcaram-no e que o nortearão até o fim dos seus dias.

Neste aspecto, compreender a sociedade, através de sua história, sob a perspectiva do processo de formação de seus dogmas, é fundamental. É a partir dos preceitos e preconceitos sociais que as diferenças são evidenciadas.

Nesta seara, a predeterminação de papéis sociais se tornou deveras importante para alicerçar as ferramentas de dominação na sociedade, bem como para centralizar o poder na figura representativa da força, projetada primordialmente na natureza, e consolidada através da biologia, consagrando, para tanto, a figura do “macho”, em oposição à “fêmea”, como superior às demais categorias. Assim é que, na clássica lição de Beauvoir (1970, p. 27), “a separação dos indivíduos em machos e fêmeas surge [...] como um fato irreduzível e contingente”.

Nesse sentido, o presente artigo busca, a partir do método hermenêutico-fenomenológico, investigar como se dá a (des)construção da identidade de gênero, apresentando – a partir de uma perspectiva transdisciplinar – conceitos relacionados à formação identitária humana, tais como: sexo, gênero e sexualidade, bem como definições, e distinções, acerca de homossexualidade, transexualidade

e travestismo. Objetiva-se contextualizar e contribuir para o debate acerca do processo de marginalização e estigmatização social de transexuais e travestis, sob a perspectiva da heteronormatividade.

O problema a ser discutido neste trabalho pode ser sintetizado na seguinte questão orientadora: como é possível desconstruir as noções de sexo, sexualidade e gênero cunhadas a partir de uma perspectiva heteronormativa, que constroem a figura do “anormal”, relegando-o a um espaço de marginalidade e silenciamento? Em que medida a transexualidade e o travestismo se afiguram como condição de possibilidade para a profanação do binarismo imposto a estes indivíduos pela perspectiva heteronormativa?

Parte-se, para responder à indagação orientadora, da hipótese de que é possível observar, através da distinção entre sexo, gênero e sexualidade, que em realidade, a compreensão desses fatores não deve ser utilizada sob uma única conotação, uma vez que são, por si só, divergentes, tanto conceitual quanto essencialmente. Neste contexto, nota-se, por meio de uma lógica binária, que sempre há um polo sobreposto ao outro, simbolizado por sua soberania. Ou seja, ao sexo, tem-se o macho (em oposição à fêmea), ao gênero, tem-se o masculino (em oposição ao feminino), e à sexualidade, tem-se a heterossexualidade (em oposição, supostamente, à homossexualidade). Apenas com esses exemplos pode-se compreender a restrição da vida, realizada nitidamente por aqueles que personificam o poder, em contradição às variantes que ela abarca, o que explica – mas não justifica – as constantes violências (físicas e simbólicas) sofridas pelos indivíduos que não preenchem os requisitos dos preestabelecidos papéis sociais, especialmente no caso tratado aqui, das mulheres transexuais e das travestis.

2 A HETERNORMATIVIDADE COMO PILAR DA PRODUÇÃO DA “NORMALIDADE”

Ao longo de sua evolução, a sociedade definiu a heteronormatividade como ferramenta de imposição, e seleção, das condutas compreendidas como “normais” e “anormais”, caracterizando-as por meio de conotações fixas em torno do sexo, do gênero e da sexualidade, como algo indivisível e inquestionável, como se um dependesse do outro para existir.

Precursora do movimento feminista, a francesa Simone de Beauvoir (1970, p. 25) eternizou sua obra “O segundo sexo”, ao afirmar que

[...] na boca do homem o epíteto ‘fêmea’ soa como um insulto; no entanto, êle não se envergonha de sua animalidade, sente-se, ao contrário, orgulhoso se dele dizem: ‘É um macho!’. O termo ‘fêmea’ é pejorativo, não

porque enraíza a mulher na Natureza, mas porque a confina no seu sexo. E se esse sexo parece ao homem desprezível e inimigo, mesmo nos bichos inocentes, é evidentemente por causa da inquieta hostilidade que a mulher suscita no homem; entretanto, êle quer encontrar na biologia uma justificação desse sentimento.

A lógica de polarização de tudo e todos, que constituiu a única forma possível de analisar o universo e seus componentes, bem como o sistema binário de referência que lhe subjaz, delimitou nos extremos a “exatidão” da vida, doutrinou a humanidade a orientar-se entre a dualidade do sim e do não, do frio e do calor, da mulher e do homem, do pênis e da vagina, do masculino e do feminino, etc. A partir desta filosofia, arbitrou que tudo aquilo que não se encaixasse dentro deste modelo, fosse extinto ou afastado à margem (BUTLER, 2012).

No entanto, ao fixar um modelo como parâmetro de distinção, e exclusão, das infinitas “dualidades”, e a partir dele selecionar tudo que, embora não seja sinônimo de algo bom/positivo, seja, então, antônimo, restringiu-se, também, a própria existência. Tem-se, assim, o desejo de nomear, e ser nomeado, pois, seguindo a lógica taxativa que fomenta a sociedade, o que não fora nomeado, não existe (BUTLER, 2012).

Nota-se, assim, a existência de um padrão de aceitação, e que no âmbito de uma “determinada” normalidade, tudo que transgrida a ele, que não se encaixe nesta lógica, será imediatamente alvo de demonização, pois “o sujeito só se opõe em se opondo: êle pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto” (BEAUVOIR, 1970, p. 12).

Partindo desta análise, pode-se identificar que a biologia foi o eixo que sustentou, e ainda sustenta, os discursos de poder na história da humanidade. Neste marco, a figura natural do macho foi associada à imagem do homem, alimentando práticas de opressão ao sexo oposto que, por sinal, tornou-se um ciclo vicioso (PERROT, 2007). Nesta senda,

[...] enquanto ao longo da história mudam as ideologias, as filosofias, as religiões, os sistemas políticos e econômicos, as castas ou as camadas em que se hierarquiza a sociedade, a relação social homem-mulher permanece invariável ou muda muito pouco, como se neste assunto, e somente neste, os cromossomos determinassem o lugar que cada indivíduo deve ocupar em uma sociedade (MORENO, 1999, p. 23).

A sociedade absorveu esta estrutura fundada na idolatria ao homem. A história a consagrou. Os homens, seres tidos como superiores, dominavam o espaço público, ou seja, a política, a economia, a cultura, etc. As mulheres, por sua vez, o espaço privado, silenciadas na invisibilidade do lar (PERROT, 2007). Segun-

do esse modelo, as mulheres, por não terem voz em locais sedimentados pelos costumes como sendo “próprios” dos homens, não tinham importância para a evolução. Aliás, elas não tinham história (PERROT, 2007). Durante muito tempo não foram citadas nos relatos dos processos de transição da sociedade. Inclusive, a condição das mulheres na atualidade é reflexo disso, uma vez que

[...] o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens. Eles bem o sabem, elas mal duvidam (BEAUVOIR, 1970, p. 15).

Michelle Perrot (1998, p. 7), historiadora francesa, demarca a invisibilidade das mulheres em sua obra “Mulheres Públicas”, abordando este silenciamento através da arte. Ao evidenciar como as mulheres eram retratadas pela sociedade do século XIX, impactando seu relato com uma pintura de Gustave Caillebotte (1848-1894)¹, a autora afirma que o “inacabamento do quadro aumenta o mistério desta silhueta de mulher, desfocada e velada: poético símbolo da presença-ausência das mulheres no espaço público”.

Neste ponto, cabe ressaltar que esses espaços (público e privado), ao longo do tempo, foram consolidando práticas e atribuindo funções que reforçavam a ideia da distinção de papéis a serem desempenhados pelos integrantes da sociedade, no modelo binário (BUTLER, 2012). Através deste modelo, passou-se a enquadrar ações, indivíduos, e a impor-se uma forma organizacional baseada na concepção de que, tanto no presente quanto no passado,

[...] a ordem social que reina na vida pública é complementada e reforçada pela ordem que as mulheres consolidam na vida privada: reprodutoras, elas são principalmente educadoras das crianças, ao mesmo tempo em que elas dão segurança ao homem ao reconhecerem nele o poder do pai. Tais imagens, aquela da ordem dominante dos homens e aquela da mulher dominando o lar, vão reforçar constantemente a separação da vida privada da vida pública (TOURAINÉ, 2011, p. 63).

Desta forma, os indivíduos eram/são silenciados, sufocados e enquadrados nos moldes aceitos sob o padrão de normalidade, deixando de expressar seus desejos em um ambiente que é dominado por um conflito entre forças fora do controle: “de um lado a lei, de outro as pulsões; de um lado o superego, de outro

¹Obra “Homme et femme sous un parapluie” (1877), a qual representa, em cores e riqueza de detalhes, uma figura masculina e, a seu lado, como um “borrão” cinzento, sem rosto e sem qualquer preocupação com detalhes, uma mulher. A imagem encontra-se disponível em: <<http://reproarte.com/fr/selection-du-theme/a-style/impresionisme/homme-et-femme-sous-un-parapluie-etude-detail>>. Acesso em: 04 out. 2016.

o id”. Isso faz com que seja relegado “um lugar incerto ao ego, ou antes ao eu, tão incerto que somos tentados a pensar que o sujeito não tem existência própria; ele nada mais seria que a linha de ruptura entre as pulsões e a ordem.” (TOURAINÉ, 2011, p. 64).

Neste contexto de seletiva repressão dos desejos, que violentou e violenta a construção identitária dos indivíduos, principalmente a das mulheres, formou-se um modelo de sociedade nutrida por preceitos heteronormativos, os quais apenas consideram como “natural” as vivências tidas como “normais”, embasadas no exercício dos papéis sociais desempenhados pelos idealizados modelos de “homem” e “mulher”, em um determinismo biológico ajustado e unicamente aceito na função de reprodução como elemento essencial na distinção de tarefas, bem como no controle da sexualidade (FOUCAULT, 1988). Nesse marco,

[...] as normas de relacionamento entre mulheres e homens foram criadas com o objetivo de cimentar a hegemonia de um sistema social, aquele que dá o real monopólio às relações heterossexuais, privilegiadas por sua função de reprodução social através da criação de famílias e no interior das quais instala-se uma dominação masculina fundada no controle masculino das formas sociais de reprodução da espécie e da sociedade (TOURAINÉ, 2011, p. 17).

Importante frisar que se concebia a sexualidade como algo inerente à natureza biológica, sem, no entanto, formar um discurso social e político sobre ela. Deste modo, compreendia-se a sexualidade como algo fixado pela natureza e não construído a partir dos desejos dos indivíduos (LOURO, 2000). Entretanto, cogitar esta linha de raciocínio não seria, por óbvio, aceita, uma vez que abalaria toda a estrutura social de dominação, pois não “é tanto a mudança que os homens temem, mas sim o caos e a desordem, não só na sociedade, mas também em si mesmos” (MORRIS, 1978, p. 17).

Daí o impacto da obra “O segundo sexo”, publicada por Simone de Beauvoir em 1949, e a sua clássica sentença: “não se nasce mulher, torna-se” (BEAUVOIR, 1970, p. 7). Abrem-se, aqui, novas expectativas ao pensamento e à prática feministas, uma vez que o gênero passa a ser um objeto a ser compreendido e, porque não, desconstruído, quando compreendido como responsável pela exclusão e subordinação femininas.

Contudo, no que tange à problemática da sexualidade, apenas em meados de 1980, estudos relacionados à compulsoriedade da heterossexualidade começaram a surgir, trazendo à baila críticas que envolviam o modelo social da época, os quais defendiam que esta referência exigia que todos os indivíduos componentes da sociedade fossem heterossexuais, ou seja, que essa era a única possibilidade,

e também a única considerada normal, de expressão da sexualidade. Assim, a ordem posta em xeque (social *versus* sexual), delimitou-se a estruturar o dualismo entre heterossexualidade e homossexualidade, uma representando a normalidade e a outra representando o “doentio”, o “aberrante”, respectivamente. E, por ser representante da “normalidade”, a heterossexualidade foi naturalizada no seio social, tornando-se compulsória (LOURO, 2000).

Neste arsenal, ao fixar a heterossexualidade como padrão natural, os indivíduos sociais, em verdade, naturalizaram a sexualidade como principal ferramenta de produção de anormalidade, que, aliás, fora, e é, ocultada. Cabe ressaltar, neste sentido, que as outras formas de vivenciar a sexualidade que não fossem (e sejam) a heterossexual, não eram (são) condizentes com o que se entendia, e ainda se entende, como única forma sadia, sendo esta a perspectiva sustentada pela patologização (FOUCAULT, 1988).

Assim, ao conceituarmos a homossexualidade, por exemplo, fixamos a heterossexualidade como modelo, como o natural da vida humana, como o padrão. Logo, resta determinado que aqueles que desviam este padrão, por alguma irregularidade, devem ser considerados anormais (FOUCAULT, 1988).

É em 1991, no entanto, que surge o conceito de heteronormatividade, criado por Michael Warner², que visava analisar a sujeição dos indivíduos sob a perspectiva de uma nova ordem social (LOURO, 2000). Esta teoria, faz-se importante salientar, desloca os indivíduos da compreensão de uma ordem que exigia que todos os sujeitos fossem heterossexuais, para a concepção (atual) de uma ordem sexual, ou seja: exige-se que todos os indivíduos, sejam eles heterossexuais ou não, organizem-se de acordo com o modelo tido como “coeso”, sendo, neste sentido, o modelo da heterossexualidade (WEEKS, 2000).

Nesta linha tênue, enquanto a heterossexualidade, em sua forma compulsória, coagia as pessoas a se adaptarem a ela para que pudessem ser consideradas normais, na perspectiva da heteronormatividade as pessoas devem organizar suas vidas sob a égide do modelo heterossexual, independentemente de terem práticas sexuais heterossexuais ou não. Desta forma, entende-se que a heterossexualidade, em realidade, não é apenas uma orientação sexual, mas sim um modelo político de organização da vida humana (WEEKS, 2000). Isso porque,

² Renomado crítico literário, teórico social e professor de Língua Inglesa e Estudos Americanos na Universidade de Yale, Michael Warner (EUA, 1958) é doutor em Língua Inglesa pela Universidade Johns Hopkins (1986), autor de *Varieties of Secularism in a Secular Age* (2010), *The Trouble with Normal* (1999) e *The Letters of the Republic: Publication and the Public Sphere in Eighteenth-Century America* (1990), entre outras obras. Atua nas áreas da teoria social, teoria queer e literatura americana. Disponível em: <<http://english.yale.edu/people/tenured-and-tenure-track-faculty-professors/michael-warner>>. Acesso em: 31 out. 2016.

[...] a heteronormatividade espera que homens desejem sexualmente mulheres, que homens gostem de mulheres, mas, ao mesmo tempo, esta sociedade define o masculino e o feminino de forma que não possam gostar um do outro, forma-os como estranhos, como mundos apartados, territórios difíceis de palmilhar. Numa sociedade como a nossa, nessa máquina de fabricar machos, os machos só gostam é de si mesmos, pois só se pode gostar verdadeiramente, só se pode amar o que se admira, o que parece digno deste afeto (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p. 28).

Ademais, pode-se compreender que, se na heterossexualidade compulsória todas as pessoas que não são heterossexuais são consideradas doentes e precisam ser explicadas, estudadas e tratadas, na heteronormatividade elas tornam-se coerentes desde que se identifiquem com a heterossexualidade como modelo, isto é, mantenham sexo e gênero em conformidade com o esperado. Assim, as pessoas com genitália masculina devem se comportar como machos, másculos, e as com genitália feminina devem ser femininas, delicadas, afetas às tarefas domésticas de cuidado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010).

Neste ponto, é importante salientar que a produção do papel masculino na sociedade é tão violenta e repressora quanto a do feminino, em circunstâncias e formas distintas. De acordo com Albuquerque Júnior (2010, p. 26),

[...] a masculinidade entre nós é letal, morremos de masculinidade, matamos por masculinidade, para afirmá-la, por afirmá-la. A masculinidade, tal como é pensada e praticada entre nós, investe na afirmação da agressividade, da competição, da força, da valentia, do heroísmo, da coragem como valores culturais a serem cultivados e exaltados. A masculinidade se vê associada, normalmente, a práticas onde a tônica é a violência, a falta de cuidado com o outro e consigo mesmo.

Neste sentido, a heteronormatividade defende o ideal de que ter um pênis significa ser obrigatoriamente másculo, ou seja, que o gênero faz parte ou depende da natureza. Evidencia-se, nesta perspectiva, uma relação crua entre o gênero e a materialidade do corpo dos indivíduos (WEEKS, 2000). Historicamente, por sinal,

[...] as guerras e conflitos sociais de toda ordem, as revoluções no Ocidente sempre estiveram apoiadas numa mística da virilidade, da força, da valentia, da coragem, uma idolatria do masculino guerreiro. Mesmo na sociedade burguesa onde a mitologia cavaleiresca e guerreira da nobreza foi contestada; a empresa, o mercado, a vida pública foram apresentados como novas arenas em que a agressividade masculina viria se expressar. A própria racionalidade, a própria razão, tal como definida pelo Iluminismo, é pensada como um atributo privilegiado do mascu-

lino, justamente, por seu caráter conquistador, dominador, combativo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p. 27).

Desta forma, se o feminino representa aquilo que é desvalorizado socialmente – em virtude de uma “sociedade que tem como um de seus traços marcantes o de ser pensada no masculino para o masculino” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p. 22) –, quando esse feminino é encarnado em corpos que nasceram com pênis, há uma ruptura inaceitável com as normas de gênero (LOURO, 2000).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a dificuldade que surge em lidar com esta “diferença” configura-se como uma das “consequências culturais e sociais mais preocupantes da forma como se define a masculinidade em nossa sociedade”. Isso porque “a masculinidade soberana e poderosa não aceita nenhuma prática ou modelo alternativo de comportamento para homens e mulheres”, gerando, assim, “a infelicidade da maioria dos homens que são incapazes de corresponder a seu modelo ideal”. Com efeito, “todos os homens temem não ser e no fundo acham que ainda não são homens o suficiente”, de modo que “a competição entre os homens faz da masculinidade uma espécie de atributo que para se ter deve-se retirar do outro”. Nesta linha de raciocínio, portanto, “para afirmar-se homem deve-se sempre desqualificar, rebaixar, vencer, derrotar, feminilizar um outro homem”. Isso faz com que os homens estejam “sempre desconfiando da masculinidade uns dos outros, colocando-a em suspeita, fragilizando assim esta identidade que aparentemente parece ser tão inquestionável”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p. 27).

Partindo desta ruptura, depara-se com a impossibilidade de compreensão do que não se enquadra nesta lógica de oposição entre macho e fêmea, masculino e feminino, homem e mulher, evidenciando a falta de formas conceituais e linguísticas que possam dar sentido à existência das singularidades humanas, como, por exemplo, os indivíduos transgêneros, que personificam a profanação³ ao binarismo social, bem como ao modelo heteronormativo.

Ressalta-se, aqui, que ao se pensar durante tanto tempo de uma única maneira pode levar “a crer que não há outra maneira possível de pensar e, estando tão presos a algumas ideias, parece que somos incapazes de refletir sobre elas e

³ O termo “profanação”, aqui, é empregado no sentido a ele atribuído pelo filósofo italiano Giorgio Agamben (2007), para o qual a tarefa da profanação se apresenta como primordial e assume o sentido de fazer com que as coisas que saíram da esfera do humano por meio da “consagração” sejam restituídas ao livre uso dos homens. Se a consagração designa a separação entre a esfera dos deuses e dos homens, etimologicamente, “puro, profano, livre dos nomes sagrados, é o que é restituído ao uso comum dos homens.” (AGAMBEN, 2007, p. 65). Trata-se, no caso do presente trabalho, de uma profanação que visa a retirar a sexualidade humana do lugar “sagrado” que lhe foi atribuído pela heteronormatividade.

de criticá-las, como se fossem verdades inalteráveis” (MORENO, 1999, p. 23). A tarefa da profanação, então, se impõe, para que o “novo” ocupe o seu lugar.

Calcada nesse modelo de restrições, com a intenção de revelar existências ocultadas, meio utilizado como manutenção da ordem social, consagra-se a desconstrução das normas de condutas idealizadas como a principal ferramenta de combate, fazendo-se necessário, para tanto, a compreensão terminológica de alguns fatores importantes para entendimento sobre o tema, os quais serão trabalhados a seguir.

3 SEXO, GÊNERO E SEXUALIDADE: (DES)CONSTRUÇÕES NECESSÁRIAS

Como visto anteriormente, alguns conceitos sociais, construídos e fixados no decorrer da história da humanidade, basearam-se na natureza para sacralizar a dominação de determinado sujeito sobre o outro, mais especificamente do macho sobre a fêmea; do homem sobre a mulher. Nesta circunstância, criou-se uma lenda de que tanto o gênero quanto a sexualidade seriam coisas prontas, dadas independentemente do contexto social. Entretanto, com base no que foi exposto acima, pode-se compreender que, tanto a definição de gênero quanto a de sexualidade, estão ligadas ao que foi alicerçado no sistema basilar social como pilar da “normalidade”.

Embora este trabalho use como base a ideia de que “sexo não se confunde com gênero, mas menos ainda com sexualidade, que se constrói a partir do sexo através da relação com o outro e a partir da relação consigo mesmo” (TOURAINÉ, 2011, p. 61), faz-se necessário frisar que existem diversas correntes teóricas acerca da definição desses temas, sendo que a mais radical delas defende o ideal de que não apenas o gênero e a sexualidade são construídos socialmente através do exercício dos papéis sociais pré-estabelecidos, como também o sexo, historicamente atribuído ao biologismo. Cabe ressaltar que esta corrente é consagrada pela filósofa norte-americana Judith Butler (2012), uma das mais famosas defensoras deste movimento, precursora da célebre “teoria queer”⁴.

Para Butler (2012), atribuiu-se ao gênero as mesmas características do sexo, isto é, o fato de “ser” mulher seria pressuposto de pertencimento ao gênero feminino e vice-versa. Entretanto, na vida

⁴ A teoria queer baseia-se na “ausência de separação global entre homens e mulheres e representa a sexualidade de cada indivíduo como um conjunto de fragmentos de sexualidades diversas que todos os atores vivem, segundo as circunstâncias e seus parceiros” (TOURAINÉ, 2011, p. 59). Ainda, ela rejeita as normas fixadas pela ideologia dominante, defendendo, para tanto, que, inversamente à volta do gênero ao sexo, “a definição do sexo era de fato incorporada a uma definição mais ampla do que o gênero, que remete ela mesma à dominação masculina” (TOURAINÉ, 2011, p. 59).

[...] de cada indivíduo forma-se um sujeito que transforma o sexo em sexualidade e o respeito da autoridade em vontade de construir a si mesmo como sujeito, isto é, como fonte de julgamento de valor que cada qual carrega dentro de si (TOURAINÉ, 2011, p. 64).

Por isso, em realidade, o sexo não seria responsável pela instituição do gênero, mas sim construído socialmente como ele (BUTLER, 2012). Aqui, torna-se importante demarcar que, embora a concepção de Butler (2012) seja de extrema relevância para a elaboração deste trabalho – notadamente no que diz respeito à conceituação de gênero e sexualidade –, no tocante à compreensão de sexo, adotar-se-á aqui o entendimento da norte-americana Camille Paglia (1992, p. 13), que vê na natureza humana um divisor de águas, pois, segundo ela,

[...] a natureza continua sendo o supremo problema moral. Não podemos esperar entender o sexo e as identidades sexuais humanas enquanto não esclarecermos nossa atitude em relação a ela. O sexo é um subconjunto da natureza. Sexo é o natural no homem.

Portanto, conceitua-se, para os fins deste trabalho, “sexo” como sendo o vínculo dos indivíduos sociais com a natureza, sem, no entanto, deixar-se de evidenciar, também, que “sexo é poder. Identidade é poder. Na cultura ocidental, não há relações que não sejam de exploração. Todos matam para viver. A lei natural e universal da criação a partir da destruição opera tanto na mente como na matéria” (PAGLIA, 1992, p. 14).

Assim, enquanto o sexo representa o vínculo dos indivíduos sociais com a natureza (PAGLIA, 1992), o gênero destaca o sistema de relações que pode incluir o sexo, todavia, não é especificamente determinado por ele, muito menos a sexualidade (BUTLER, 2012). Desta maneira, gênero e sexo são divisões que não se fixam uma à outra. E nesta distinção é que se encontram lacunas, a partir das quais indivíduos podem nascer com um sexo e negar a construção social (gênero) destinada a eles (LOURO, 2000).

Desta forma, pode-se compreender que

[...] em nossa sociedade o sexo está mais próximo de Deus e do diabo do que das normas e mandamentos. Deste modo, para aquém e para além das normas reguladoras das condutas sexuais, encontramos simultaneamente misturadas umas às outras a força do desejo e a interrogação sobre o ser humano ele mesmo (TOURAINÉ, 2011, p. 62).

Neste campo, o debate sobre a estruturação de gênero no âmbito da antropologia aceita que normalmente a noção de gênero tem relação com a cultura, da mesma forma que a de sexo tem com a natureza (LOURO, 2000). Entretanto, ambos são fatores indispensáveis na reprodução da desigualdade (PERROT, 2007),

pois uma das primeiras questões no embate das desigualdades entre homens e mulheres, evidentemente, é a relação natural das diferenças sexuais biológicas entre estes indivíduos, ou seja, do sexo masculino e do feminino (LOURO, 2000). Deste modo, pode-se afirmar que

[...] a construção da diferença entre os sexos enquanto diferença entre a liberdade e a sujeição não é fundamental apenas para uma célebre história política. A estrutura de nossa sociedade e de nossas vidas cotidianas incorpora a concepção patriarcal de diferença sexual (PATEMAN, 1993, p. 22).

Ademais, faz-se importante destacar que a vivência dos gêneros se relaciona com a vivência dos papéis impostos pela sociedade, ou seja, as construções sociais, alicerçadas no modelo binário de masculino/feminino, incidem sobre os corpos sexuados (LOURO, 2000). Nesta linha de compreensão, a construção social do feminino, por exemplo, incidiria sobre as pessoas que nasceram com uma vagina; e o masculino, por sua vez, nos indivíduos que nasceram com um pênis (LOURO, 2000). Neste esquema,

[...] uma sociedade não é uma espécie: nela, a espécie realiza-se como existência; transcende-se para o mundo e para o futuro; seus costumes não se deduzem da biologia; os indivíduos nunca são abandonados à sua natureza; obedecem a essa segunda natureza que é o costume e na qual se refletem os desejos e os temores que traduzem sua atitude ontológica. Não é enquanto corpo, é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que êle se valoriza (BEAUVOIR, 1970, p. 56-57).

Ainda, Butler (2012) defende a existência de normas de gênero, as quais são compreendidas como mecanismos formais, e informais, que perpetuam a manutenção do gênero binário, pois, segundo ela, o gênero não pode ser considerado como algo que preexista ao sujeito, porque não existiria em essência. Afirma, para tanto, que a norma consagra as relações de gênero a partir da repetição, sendo por ela conceituado como "performatividade", circunstância em que as normas são mantidas e reafirmadas.

Como exemplo do que fora explanado, tem-se a questão do vestuário, pois ao se verificar que determinada criança faz jus às características sociais construídas em torno da figura masculina, espera-se que este indivíduo se comporte como "menino" e que, desta forma, vista-se de acordo com a sua designação "masculina", evitando vestidos ou saias (peças que socialmente foram atribuídas ao vestuário feminino).

Neste contexto de polarização entre sexo e gênero é que a sexualidade destaca-se. Habitualmente confundida com um ou outro, ou seja, conceituada de maneira leiga em torno do sexo biológico ou do gênero, a sexualidade se torna um adereço, quando, em verdade, representa a expressão dos desejos individuais (LOURO, 2000), pois ela representa o “mais importante instrumento da construção de si” (TOURAINÉ, 2011, p. 65). Assim,

a sexualidade não é, por consequência, um dado biológico e menos ainda uma construção social imposta pelo poder varonil. Ela é a transformação dos desejos sexuais em construção de si, já que a sexualidade transforma um dado não social em afirmação – ela também não social – de uma liberdade criativa. A sexualidade reordena os impulsos sexuais para que eles iluminem a experiência humana e contribuam na criação do ator, que age sobre ele mesmo ao invés de ser determinado pelo meio ambiente. (TOURAINÉ, 2011, p. 63).

A sexualidade liberta, oprime e delimita. Ela “não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política”, dado que “a sexualidade é ‘aprendida’, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos” (LOURO, 2000, p. 11). Desta forma, “podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções. Processos profundamente culturais e plurais” (LOURO, 2000, p. 11).

Neste sentido, tem-se nos corpos dos indivíduos verdadeiros alvos de experimentos que fomentam o controle social, anulando-se o fato de que

[...] o corpo é vivo, tem uma inteligibilidade própria, é um agente histórico e cultural, é um sujeito, ele se expressa, ele provoca e participa do pensamento, ele faz pensar, ele permite ou proíbe pensar, ele não é só suporte, possibilidade de tudo que fazemos, ele está presente em tudo que fazemos e pensamos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p. 24).

Aliás, a partir dos corpos dos indivíduos, de como eles expressam-se, pode-se compreender a lógica de dominação socialmente construída, a qual canaliza, e centraliza, o poder à figura do “macho”, do “homem”, do “masculino”, conferindo a eles a ideologia da superioridade (LOURO, 2000), uma vez que

[...] a inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder e de uma sociedade (LOURO, 2000, p. 11).

Neste delinear, ressalta-se que os simbolismos associados às categorias mulher e homem são socialmente construídos. Portanto, não deveriam ser relacionados a conceitos tidos como naturais, ou seja, prefixados (LOURO, 2000).

Para além da discussão acerca da sexualidade, encontram-se os requisitos que conceituam a masculinidade e a feminidade, sendo estes verdadeiros ícones de poder e sujeição. O corpo masculino, por exemplo, foi “pensado e modelizado pela cultura judaico-cristã, pela cultura burguesa” como sendo “um corpo censurado e instrumental, um corpo docilizado, um corpo com medo de corpos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p. 24). Neste marco, o corpo masculino

[...] não deve deixar escapar nenhum gesto, nenhuma atitude, nenhum traço que possa ser definido como feminino. Um corpo retesado, em permanente estado de tensão, corpo sempre com músculos definidos e em alerta, nenhum relaxamento, nenhuma lassidão. Nenhuma delicadeza, corpo rústico, rude, quase em estado de natureza, recendendo a suor e testosterona, viril, másculo. Corpo onde se ressaltem pelos, músculos, que transpareçam força e potência (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p. 21).

Desta forma, o “combate à definição do masculino que fabrica machos passa por uma politização dos próprios corpos masculinos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p. 25). Neste cenário, Butler (2012) demonstra em suas afirmações que a relação entre a concepção de mulher e, de certo modo, a de subordinação foi, e ainda é, comum, sendo aplicável, inclusive, no caso da masculinidade.

Beauvoir (1970, p. 59) advogava no sentido de que “a mulher é uma fêmea na medida em que se sente fêmea”, podendo-se compreender, por analogia, a mesma situação no que diz respeito ao homem, evidenciando que “não é a natureza que define a mulher (ou o homem): esta (este) é que se define retomando a natureza em sua efetividade”.

Aliás, perpetuou-se a subordinação do feminino ao masculino não apenas nas práticas convencionais dos papéis sociais, como também de forma mística, lúdica e sagrada, uma vez que o próprio

[...] cosmos é uma coisa construída, uma morada concebida para o homem. Deus é um espírito, uma presença. Não tem nome nem corpo. Está além do sexo e contra o sexo, que pertence ao reino inferior. Contudo, Deus é claramente ele, um pai, não uma mãe. A femealidade é subordinada, uma coisa pensada depois. Eva é apenas uma lasca extraída da barriga de Adão. A masculinidade é mágica, o potente princípio da criatividade universal. (PAGLIA, 1992, p. 48).

Desta forma, de acordo com o arguido por Butler (2012, p. 26), “tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação

de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino”.

Assim, como já foi explanado, a necessidade de nomear, de enquadrar, de caracterizar os indivíduos, é o que fomenta a lógica de controle social, sendo que, ao estabelecer determinados requisitos de normalidade, àqueles que transgridam as normas fixas de conceituação da vida não têm posição de “protagonismo” na sociedade e, conseqüentemente, devem ser afastados ou extirpados, uma vez que “denominar é conhecer; conhecer é controlar” (PAGLIA, 1992, p. 16). Desta forma, para “todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos; em torno das mínimas fantasias”, onde “os moralistas e, também e sobretudo, os médicos, trouxeram à baila todo o vocabulário enfático da abominação” (FOUCAULT, 1988, p. 37).

Foi justamente neste ponto que o filósofo francês Michel Foucault descobriu um corpo social produzido pelo investimento produtivo de uma complexa rede de micro-poderes disciplinares que atuavam de maneira a gerir e administrar a vida humana, tendo em vista tornar possível a utilização dos corpos e a exploração otimizada de suas capacidades e potencialidades. Ao final do percurso genealógico de sua investigação filosófica, Foucault chegou aos conceitos de biopoder e biopolítica, buscando explicar o aparecimento, ao longo do século XVIII e, sobretudo, na virada para o século XIX, de um poder disciplinador e normalizador que já não se exercia sobre os corpos individualizados, nem se encontrava disseminado no tecido institucional da sociedade, mas se concentrava na figura do Estado e se exercia a título de política estatal com pretensões de administrar a vida e o corpo da população. A partir do século XIX, já não importava mais *apenas* disciplinar as condutas, mas também implantar um gerenciamento planejado da vida das populações. Assim, o que se produz por meio da atuação específica do biopoder não é mais apenas o indivíduo dócil e útil, mas é a própria gestão calculada da vida do corpo social (FOUCAULT, 1988; 2010).

Diante de todo o conteúdo tratado, sob a perspectiva destas conceituações, tem-se a possibilidade de se compreender melhor a temática relacionada à transexualidade e ao travestismo, abordada na sequência.

4 PROFANANDO O MASCULINO: HOMOSSEXUALIDADE, TRANSEXUALIDADE E TRAVESTISMO

Embora a transexualidade, bem como a travestilidade, sejam corriqueiramente associadas à homossexualidade, em realidade, não são determinantes em comum. Nesta seara, a compreensão construída através das definições de gênero e sexualidade são cruciais, pois fundamentam a distinção a ser realizada.

A homossexualidade, em sua definição terminológica, “está diretamente ligada ao desejo, e, mais especificamente, ao objeto do desejo” (FERRARI, 2015, p. 359), revelando, assim, simetria à concepção de expressão da sexualidade.

Já as concepções de transexualidade e travestilidade, de forma abrangente, fomentam-se através da definição de transgeneridade. Aqui, a sexualidade não é relevante para a conceituação, mas sim o que se entende por gênero, uma vez que são concebidas como duas das diversas possibilidades entre as identidades de gênero (BECKER; SOUZA, 2015).

No tocante à transexualidade, faz-se importante mencionar que, no decorrer da história, alguns conceitos que se referiam a ela foram se deslocando através de diversos contextos, nos quais eles eram embasados em compreensões políticas, científicas e místicas (SILVEIRA, 2013). Aliás, esta transição foi responsável pelas definições atuais não apenas de indivíduos transexuais, como também de travestis.

Inicialmente, concebia-se a pessoa transexual como um “hermafrodita biológico”, atribuindo-se este conceito a estas pessoas tidas como seres mágicos, pois, segundo a crença, elas eram possuidoras de gêneros em dobro em um mesmo corpo, oportunidade que possibilitou à ciência compreender e caracterizar os corpos destes indivíduos por meio de uma ideologia centralizada no “disformismo sexual”, rechaçando-se o conceito de sexo (SILVEIRA, 2013). Entretanto, a “magia” dessas pessoas era idealizada de maneira perversa, uma vez que “os hermafroditas foram considerados criminosos, ou filhos do crime, já que sua disposição anatômica, seu próprio ser, embaraçava a lei que distinguia os sexos e prescrevia sua conjunção” (FOUCAULT, 1988, p. 39).

Cabe ressaltar que o conceito científico de identidade sexual surgiu como reflexo deste processo transitório da história, marcando como dado principal o sentimento de identificação e pertencimento, ou não, que alguns indivíduos nutriam em relação ao seu sexo biológico (WEEKS, 2000). Posteriormente, esta definição (identidade sexual), foi superada pela medicina, que passou a desenvolver algumas teorias sobre o assunto em tela, e, em decorrência de uma série de pesquisas realizadas, passou-se a tratar a transexualidade como um “transtorno de identidade de gênero” (SILVEIRA, 2013), ocasião em que alguns sintomas permanentes foram pré-estabelecidos como meios de identificação. O principal destes sintomas seria a incompatibilidade entre sexo e gênero de um indivíduo, ou seja, a identificação com o gênero oposto ao seu sexo biológico e, consequentemente, a inadequação e o desconforto com o sexo “natural”, bem como a necessidade de modificações corporais em virtude do sofrimento psicossocial que o atormentava (BECKER; SOUZA, 2013).

Assim, a partir desta lógica de patologização daqueles que destoavam da normalidade, passou-se a tratar não apenas as pessoas transexuais, como também as travestis e os demais transgêneros, como indivíduos portadores de transtornos psíquicos, apoiando-se na divergência existente entre o sexo biológico e a identidade de gênero, defendendo-se, inclusive, o entendimento de que as modificações corporais atuavam como uma das espécies de tratamento dessa “patologia” (BECKER; SOUZA, 2015).

Em contrapartida ao que se concebe como transexual, caracterizam-se como travestis os indivíduos que nascem identificados com o sexo masculino, no entanto, vivem, vestem-se, bem como tomam para si, diariamente, comportamentos socialmente tidos como femininos, e, em decorrência desta vivência, almejam alterar esteticamente seus corpos, seja com aplicações de silicone, com tratamento hormonal ou outras cirurgias plásticas (SILVEIRA, 2013). Entretanto, é importante frisar que essas pessoas não sentem desconforto com o seu sexo de nascimento, diferentemente dos indivíduos transexuais, que não apenas sentem desconforto, como também aversão à genitália correspondente ao sexo biológico que os define, bem como a outras características como, por exemplo, as mamas, no caso de homens transexuais (SILVEIRA, 2013).

Neste sentido, as travestis se convertem ao gênero feminino, assumindo, para tanto, o papel social correspondente ao referido gênero, considerando-se que em razão da harmonia existente entre a dualidade social e sexual, masculina e feminina, que as formam, pode haver uma ambiguidade identitária (BECKER; SOUZA, 2015).

Ressalta-se que tanto a travestilidade quanto a transexualidade independem da orientação sexual, uma vez que travestis e transexuais podem ser heterossexuais ou pertencerem a outra forma de expressão da sexualidade como, por exemplo, a bissexualidade ou a homossexualidade (WEEKS, 2000).

Diante do que foi explanado, portanto, pode-se afirmar que a travestilidade e a transexualidade são compreendidas como condições identitárias, e não como orientações sexuais (BECKER; SOUZA, 2015).

Foi neste contexto de divisão e distinção dos sujeitos taxados de “anormais” (WEEKS, 2000) que a medicina desenvolveu teorias sobre sexo e gênero, por meio de áreas especializadas – como, por exemplo, a psiquiatria, a urologia e a endocrinologia –, firmando-se no padrão biológico de reprodução humana. Em outras palavras, fixando os órgãos genitais como norteadores de uma sexualidade “sadia”, utilizando, para tanto, a justificativa de um modelo de corpo delimitado pelas ciências sexuais.

Esta circunstância contribuiu para a imposição de uma espécie de “verdade fundamental” incidente sobre a sexualidade, e, desta forma, colaborou de maneira incalculável à marginalidade de pessoas que não se adaptassem ou aderissem ao padrão de relações sexuais heterossexuais socialmente aceitas (SILVEIRA, 2013).

Entretanto, algumas correntes teóricas passaram a divergir do modelo que concebia estas identidades como transtornos, aliás, demonizando por completo as definições conceituais elaboradas pela medicina (WEEKS, 2000), firmando-se no ideal de que a compreensão de sexo/gênero advém de um conjunto de fatores pelos quais determinada sociedade constrói a sexualidade biológica por meio de diversas atividades humanas (CURADO, 2015). Logo, advogava-se no sentido de que a sexualidade, no entendimento de gênero, em realidade, baseava-se pura e simplesmente na construção sociocultural de cada indivíduo (LOURO, 2000). Desta forma, a transexualidade e a travestilidade não poderiam ser compreendidas como um transtorno, em virtude de que tanto a sexualidade de homens cisgêneros quanto a de mulheres, tidas como sadias, ou normais, do mesmo modo, seriam socioculturalmente construídas (CURADO, 2015).

Ainda, essas correntes sustentam que muitos questionamentos da atualidade, e mesmo a estranheza, não existiriam se não houvesse a norma de binarismos, ou seja, a polarização dos opostos (masculino e feminino, homem e mulher), extirpando-se assim as categorias transgêneras, pois estas seriam abarcadas pela normalidade (NOGUEIRA; COLLING, 2015). Neste sentido,

[...] o que se interroga é a sexualidade das crianças, a dos loucos e dos criminosos; é o prazer dos que não amam o outro sexo; os devaneios, as obsessões, as pequenas manias ou as grandes raivas. Todas estas figuras, outrora apenas entrevistas, têm agora de avançar para tomar a palavra e fazer a difícil confissão daquilo que são (FOUCAULT, 1988, p. 39).

Importante mencionar que o binarismo restringe linguisticamente as singularidades no meio social, ao estabelecer rigidamente definições aceitáveis no contexto de convívio em sociedade, como a de homens e mulheres, por exemplo (WEEKS, 2000).

Para além de uma contradição sistêmica, frisa-se, existem diversas formas de expressar não somente a sexualidade individual, como também o gênero, uma vez que há uma imensa possibilidade de se constituir femininos e masculinos (PARKER, 2000). Nesta seara, alguns autores advogam no sentido de haver duas possibilidades de percepção de gênero, sendo compreendido por cisgênero (conota-se ao termo “cis” o significado de “mesmo lado”) o indivíduo que se identifica com o mesmo gênero atribuído após o seu nascimento, partindo da observação

de seu sexo biológico, e, ao seu turno, quando o indivíduo adere à representação distinta do gênero atribuído ao nascer, considera-se como transgênero - o termo “trans” significa ir ao lado oposto ou atravessar (BECKER; SOUZA, 2015). Defende-se que ao se utilizar as terminações “cis” e “trans”, rompe-se com a ideologia de “categorias” diferentes, portanto.

CONCLUSÃO

Com base nas considerações anteriormente relatadas, tem-se que ao se restringir o desejo de expressar-se, fomenta-se, em contrapartida, o preconceito, ou seja, a demonização daqueles que destoam do modelo fixado como normal/natural, através de diversos mecanismos sociais, mas essencialmente por meio de sistemas de nomenclaturas médicas (na forma de patologias), além da institucionalização da violência, uma vez que sob a égide desta compreensão, orienta-se erroneamente os operadores da máquina estatal (policiais, juízes, psicólogos, médicos e etc), proliferando-se circunstâncias que impedem àqueles que não se enquadram no padrão de normalidade social, negando-lhes, de forma cíclica e viciosa, a cidadania plena.

Faz-se importante ressaltar que, para os indivíduos transexuais e travestis, o drama de adequar seus corpos ao gênero construído personifica, de fato, o sofrimento. Entretanto, a maior infração à dignidade destas pessoas está diretamente ligada aos reflexos da violência e do desrespeito social que as torna cotidianamente vítimas.

De modo mais específico, em relação às mulheres transexuais, bem como às travestis, a discriminação e o preconceito evidenciam uma roupagem mais violenta do que a oposta, isto porque, como já foi anteriormente esclarecido, existe uma desvalorização histórica do gênero feminino no contexto social, sendo que este fator associado ao “estigma” – na léxica de Goffman (2008) – que carregam em razão da identidade que “desvia” da normalidade, tem-se um atributo negativo potencializado, uma vez que se compreende que estes indivíduos abdicaram de sua “supremacia” natural ao “traírem” o gênero masculino, desejando submeterem-se ao papel reservado, em tese, às pessoas tidas como naturalmente ocupantes da designação “mulher”, situação que letalmente produz a deterioração identitária, colocando-as em relação de desvantagem no âmbito social.

Assim, verifica-se que a sociedade estabeleceu a heterossexualidade como modelo padrão de normalidade, de acordo com o conteúdo até então abordado, direcionando, para tanto, diversas formas de discriminação contra os indivíduos que “desviam” das normas impostas por este modelo, acarretando consequente-

mente incontáveis prejuízos, além de fomentar a naturalização da incompreensão da diversidade de gênero, canalizando-se às identidades “divergentes” da lógica binária (masculina/feminina) um caráter doentio. Este processo cotidianamente afasta as transexuais e as travestis à margem da sociedade, viabilizando o seu “silenciamento” em face das instituições sociais/estatais, expondo-as, conseqüentemente, às mais variadas situações de violência.

Por fim, frisa-se que, de maneira alguma, esse trabalho pretendeu exaurir os argumentos extremamente complexos que sedimentam a discussão em tela. No entanto, considerando a carência bibliográfica envolvendo o tema, buscar-se-á dar visibilidade à gravidade do problema, na esfera do possível, com o intuito de colaborar com a construção de críticas válidas no meio acadêmico, auxiliando, em contrapartida, para além da rigidez das normas e dos estigmas, àquelas que persistem, dia após dia, na existência que lhes é negada.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: MACHADO, Charliton José dos Santos; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; NUNES, Maria Lúcia da Silva (orgs.) *Gênero e Práticas Culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares*. Campina Grande: EDUEPB, 2010.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1970.
- BECKER, Simone; SOUZA, Lauriene Seraguza Olegário. Transgênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio Tedeschi (orgs). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados/MS: UFGD, 2015, p. 648-650.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- CURADO, Jacy Corrêa. Sexualidade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio Tedeschi (orgs). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados/MS: UFGD, 2015, p. 604-607.
- FERRARI, Anderson. Homossexualidade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio Tedeschi (orgs). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados/MS: UFGD, 2015, p. 358-363.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque; J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- MORENO, Montserrat. *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. Trad. Ana Venite Fuzatto. São Paulo: Moderna, 1999.

MORRIS, Terence. *Desvio e controle: a heresia secular*. Trad. Walter Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

NOGUEIRA, Gilmaro; COLLING, Leandro. Homofobia, heterossexismo, heterossexualidade compulsória, heteronormatividade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio Tedeschi (orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados/MS: UFGD, 2015, p. 353-358.

PAGLIA, Camille. *Personas sexuais: arte e decadência de Nefertite a Emily Dickinson*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PARKER, Richard. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Trad. Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVEIRA, Felipe Lazzari da. *Travestis e cárcere: o trabalho desenvolvido pela ONG Igualdade no Presídio Central de Porto Alegre*. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384877611_ARQUIVO_FelipeLazzaridaSilveira.pdf>. Acesso em: 31 out. 2016.

TOURAINÉ, Alain. *O mundo das mulheres*. Trad. Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.